



MEIO AMBIENTE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL Considerações sobre o Fundo Amazônia e a atuação norueguesa no Brasil

Autores:

Juliana Ferreira Romeiro - IPPUR/UFRJ - jfromeiro@gmail.com

Resumo:

O tema meio ambiente ganha destaque nas arenas públicas na atualidade e apesar de ser um conceito em disputa e apropriado de diferentes formas, prevalece no cenário internacional a concepção fundamentada na valoração da natureza. A preservação da floresta amazônica aparece como fundamental pelo grande estoque de biodiversidade, de recursos naturais e regulação do ciclo das águas e do clima. Seus serviços deveriam ser remunerados e a constituição do Fundo Amazônia dá-se neste contexto. Tendo a Noruega como principal financiador a iniciativa completou 10 anos em 2018 e é gerenciada no Brasil pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este artigo busca compreender que discursos e práticas sobre o meio ambiente estruturaram esta cooperação e como se construiu um problema relacionado a preservação da Amazônia em escala internacional onde a solução (já posta) limita-se a financeirização da floresta, garantindo a continuidade de um modelo de acumulação predatória sem mudanças na forma de inserção da economia brasileira internacionalmente, desconcentração regional ou em promoção de justiça social e ambiental.

MEIO AMBIENTE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Considerações sobre o Fundo Amazônia e a atuação norueguesa no Brasil

INTRODUÇÃO

O tema meio ambiente ganha destaque nas arenas públicas na atualidade apesar de ser um conceito em disputa e apropriado de diferentes formas, prevalece no cenário internacional a concepção vinda da teoria de economia ambiental, fundamentada na valoração da natureza. Isso é, o pensamento neoliberal passou progressivamente a entender o meio ambiente enquanto um produtor de serviços, pelo qual os consumidores deveriam pagar. A natureza vista enquanto escassa, o consequente esgotamento dos recursos naturais e o papel da tecnologia na solução destes problemas são elementos estruturantes do discurso e práticas hegemônicas sobre o tema. A maior consequência da relação “predatória” sociedade com a natureza são as mudanças climáticas, e o debate sobre aquecimento global tende a responsabilização universal, ou seja, não considera as desigualdades e injustiças ambientais inerentes ao capitalismo neoliberal.

As soluções propostas pelos organismos internacionais para esta crise climática, como Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (BM), grupos acadêmicos e institutos de pesquisa passam pelo pagamento de serviços ambientais ou regulação do mercado de créditos de carbono. A constituição do Fundo Amazônia revela-se como um importante instrumento neste contexto, já que a floresta amazônica aparece com grande relevância para preservar o estoque de biodiversidade, de recursos naturais e para regulação do ciclo das águas e do clima no planeta, logo, seus serviços deveriam ser remunerados. Fruto de um acordo entre o governo norueguês e o brasileiro, suas negociações iniciaram-se em 2007 na Conferência das Nações Unidas para Mudança Climática, realizada em Bali na Indonésia. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi a agência pública escolhida para gerenciar os recursos, que também receberam doações secundárias da Alemanha e da Petrobrás.

Tendo como objetivo prioritário a preservação, monitoramento e combate ao desmatamento, a iniciativa foi planejada para contribuir com metas estabelecidas pelo Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e apoiar outros dois planos governamentais para a

região: o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Preservação e Controle na Amazônia Legal (PPCDAM). O Fundo, mostrou-se também peça fundamental para criação de uma burocracia no BNDES voltada a problemática ambiental. Foi a partir da possibilidade de gerenciamento destes recursos, que o Banco institucionalizou o que era apenas um departamento, em uma de suas grandes áreas de planejamento e financiamento. Cabe destacar, que em 2016 houve uma nova reconfiguração que levou a reformulação desta área, incorporada agora à gestão pública.

Após dez anos captando recursos, a iniciativa tem demonstrado grandes controvérsias que culminaram com anúncio do governo norueguês feito em 2017, de redução dos recursos destinados para o Fundo. O debate sobre em que medida a diminuição dos índices de desmatamento poderiam ser atribuídas as ações do FA, justificaria uma mudança de atitude do governo norueguês, entretanto, há diversas divergências sobre a eficiência do próprio modelo adotado no projeto. Seguindo o padrão de empréstimos do BNDES, a iniciativa privilegia além do Estado, instituições com aporte técnico que conseguem se submeter a procedimentos burocráticos de grande complexidade.

No BNDES não se mostra como um mecanismo verdadeiramente democrático e promotor de justiça ambiental, já que seu padrão de atuação dificulta o acesso de instituições menos estruturadas ou de governos locais, observados na pequena captação de recursos feitos por essas instituições. Enquanto mecanismo de cooperação internacional para o meio ambiente, o FA revela-se bastante contraditório, já que nasce da iniciativa de um Estado que marca sua atuação no cenário econômico internacional pelas empresas extrativistas voltadas a exploração de recursos energéticos e minerais. Este artigo, fruto de uma pesquisa de tese em elaboração no Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, busca ainda que de maneira inicial compreender que discursos e práticas tanto no Brasil, quanto na Noruega sobre o meio ambiente estruturaram esta iniciativa de cooperação. O objetivo é compreender como se construiu um problema relacionado a preservação da Amazônia em escala internacional, onde a solução (já posta) limita-se a iniciativas como o Fundo. Garantindo desta forma, a continuidade de um modelo de acumulação predatória sem provocar mudanças na forma de inserção da economia brasileira internacionalmente ou em justiça social e ambiental.

Para entender o envolvimento norueguês na iniciativa resgatou-se, através de revisão bibliográfica, as conjunturas internas que levaram o país a ser integrante do bloco dos países doadores no cenário de cooperação. Projetos de “assistência e ajuda” marcam a história das relações internacionais norueguesas e são elementos importantes na expansão de seus interesses econômicos, políticos e culturais. O primeiro item do artigo discute de que forma o país atua tradicionalmente neste campo, assim como, a importância dos seus movimentos ambientalistas que configuraram uma atuação internacional voltada a promoção do desenvolvimento sustentável. O segundo relaciona a criação do Fundo Amazônia com as características tanto do movimento ambientalista norueguês quanto sua política de cooperação internacional. Para tanto, foram utilizadas além da pesquisa documental, entrevistas com os técnicos do departamento do Fundo Amazônia no BNDES. A análise, ainda inicial, revela alguns limites inerentes a iniciativa que tão intrínsecos tanto a lógica da economia ambiental quanto as próprias formas de atuação norueguesa no cenário externo.

1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O CAMPO AMBIENTAL NA NORUEGA: O PAPEL DA NATUREZA NA IDENTIDADE NORUEGUESA

A cooperação internacional é um elemento importante na constituição e reafirmação da nação norueguesa tanto no âmbito externo, quanto internamente. Para Barroso (2008), essa atuação é responsável por reafirmar sua identidade cultural e o papel do país, enquanto economia central e participante do grupo dos países “doadores” no cenário do desenvolvimento. Este elemento foi importante para constituição da própria ideia de nação pois, só em 1905 a Noruega rompe com a condição de Reino Unido da Suécia e estabelece suas próprias estruturas políticas e administrativas enquanto Estado nacional autônomo. Durante o século XIX o país cria mecanismos administrativos que o permitem funcionar de forma independente, no século XX estes mecanismos destinam-se a promover a autonomia e distinção dentro do conjunto de países da Escandinávia.

As atividades de cooperação internacional estiveram relacionadas então a dois campos, o primeiro voltado à inserção do país no conjunto das nações “Ocidentais”, onde prevalece a ideia do Ocidente enquanto “rico, moderno e desenvolvido”, desde o início da década de 1950 a Noruega envia ajuda financeira para agências como a ONU e bancos multilaterais de desenvolvimento. O segundo, voltado a distinção, já que o país possui como mecanismo de diferenciação de outras potências capitalistas sua ligação (a priori) à promoção de valores humanitários, altruístas e de solidariedade. Apesar de alinhada aos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria que marca a segunda metade do século XX, a Noruega consolidou uma posição própria de política externa, tendo o campo de cooperação internacional sido fundado em valores como “doação”, “ajuda” e “assistência”.

Um dos elementos centrais que reafirmam esta posição faz parte do próprio imaginário da identidade norueguesa onde estão a combinação entre desenvolvimento e direitos humanos. Além disso, por não possuir um passado colonialista, a Noruega estabeleceu-se como distinto de outras potências e constituiu um modo particular de atuação no campo da cooperação internacional promovendo uma significativa participação de cunho assistencialista de Organizações Não Governamentais (ONGs). Desta forma, foi possível promover uma pluralidade de perspectivas e temas, assim como, obter o apoio da população norueguesa às ações do governo no “terceiro mundo”. Segundo Barroso (*ibid*), os recursos destinados a cooperação internacional com ONGs eram muito maiores na Noruega do que em outros países centrais europeus. A passagem a seguir demonstra as diferenças na participação das ONGs na Noruega e em outros países europeus.

Assim, enquanto a França e a Inglaterra destinavam ao canal das ONGs em 1988 respectivamente 0,3% e 0,4% do total de seus orçamentos governamentais destinados à cooperação internacional, a Noruega destinava em 1991, 27% de seus recursos, resultado de um movimento ascendente de participação deste canal a partir dos anos 80. (Barroso, 2008. p. 17)

Cabe destacar que a presença das ONGs tem sido constante no cenário político contemporâneo, especialmente ao coordenar e direcionar temas para a cooperação internacional. Em esferas nacionais muitas vezes substituem papéis que eram atribuídas a outras instituições como partidos e Igrejas, já em esferas internacionais atuam como forma de defender interesses políticos de alguns grupos específicos. Como aqueles que reivindicam direitos civis de negros, indígenas e mulheres aos quais se somaram as demandas ambientalistas recentemente. No caso da Noruega, a utilização das ONGs como unidade política-administrativa de cooperação internacional “não se deu sobre o vazio, mas fez uso de forças sociais que já se encontravam parcialmente organizadas desta forma independente” (Barroso, 2008), ou seja, já tratavam de questões institucionalizadas nas esferas públicas e pairavam sobre o termo da filantropia. Assim, o governo pode contemplar projetos e ações sobre diversos temas, apoiando demandas que iam se transformando ao longo do tempo.

Na segunda metade do século XX as ONGs relacionavam-se diretamente na cooperação voltada a movimentos de solidariedade aos países do (então chamado) terceiro mundo, sobretudo a partir do processo de descolonização das décadas de 1960 e 1970 na África Subsaariana e na Ásia. Reafirmando a perspectiva de ajuda humanitária e criando um padrão importante de atuação, onde o governamental e o não governamental tem fronteiras bastantes fluídas. A Agência Norueguesa para o Desenvolvimento e Cooperação (NORAD), denomina estas organizações como “organizações voluntárias” ou “organizações privadas” e na década de 1990 as ONGs norueguesas consumiam cerca de 30% do orçamento de cooperação bilateral.

Entre os anos 70 e 90 crescem os projetos voltados a questão indígena e atualmente a NORAD tem projetos em mais de 30 países periféricos no Sudeste Asiático, América Latina, África e Oriente Médio nas mais diversas áreas, como educação, promoção de energias limpas, saúde e mudanças climáticas. Sobre as questões ambientais, sobretudo em iniciativas que tratam da conservação de florestas tropicais, além do Brasil, existem projetos na Colômbia, Indonésia, Guyana, Peru, Etiópia, Tanzânia e México. Muitos deles impulsionados pela pressão das ONGs ambientalistas que ganharam espaço no país nos anos 2000 com a emergência dos discursos sobre aquecimento global. Estes instrumentos de cooperação internacional, como Fundo Amazônia, têm possibilitado a atuação do Estado norueguês para além de suas fronteiras nacionais sob o rótulo de “assistência para o desenvolvimento”, ou neste caso específico, “assistência para o desenvolvimento sustentável”.

Para Barroso (*ibid*) os projetos mostram-se responsáveis por difundir uma concepção própria de desenvolvimento¹ e progresso contribuindo ainda, para que o país negocie a favor de seus interesses comerciais e geopolíticos e na promoção de vários valores religiosos, políticos, ecológicos e etc. No campo ambiental, o envolvimento da Noruega pode ser

¹ Reconhece-se neste trabalho que as visões sobre desenvolvimento são múltiplas e difusas. O termo é contraditório e o modelo de desenvolvimento capitalista, ao qual os programas de cooperação referem-se, relaciona-se a valores de “civilização” e “progresso”. Para Rua (2007), pode-se caracterizar a ideia de desenvolvimento promulgado pelas agências multilaterais e países centrais como a busca da prosperidade material, do progresso econômico, da “modernização”, que integrados à nova dinâmica dos fluxos comerciais mantem um caráter “evolucionista e positivo”.

entendido a partir da pressão de sua sociedade civil organizada, marcada pela atuação de diversas instituições voltadas a conservação do meio ambiente. Somada a ideia de altruísmo, a natureza é também componente central na formação da identidade nacional consolidando discursos e práticas voltadas responsabilização de proteger o meio ambiente tanto em esferas nacionais, quanto internacionais. O item a seguir busca entender como a participação do elemento “natureza” ganhou destaque tanto na identidade nacional, quanto no campo de cooperação internacional.

1.1 A construção da “natureza” e a identidade nacional norueguesa

A incorporação do elemento “natureza” na sociedade norueguesa inicia-se ainda no século XIX, quando o movimento artístico – cultural chamado de Romantismo foi responsável por transformar as paisagens naturais como marcos que definiam a singularidade da nação (Barroso, 2008). Os fiordes foram escolhidos como símbolo nacional mostrando a singularidade da Noruega em contraste com as pradarias da Dinamarca e as florestas da Suécia. A valorização da natureza como símbolo nacional inicialmente circunscrita aos círculos intelectuais e artísticos noruegueses foi se disseminando entre os demais segmentos da população, difundida semanalmente em folhetins literários, onde se fazia uma estreita conexão entre a natureza e a vida camponesa, marcada por aventuras em florestas, montanhas e vales povoados por seres fantásticos e mágicos, que foram sendo introjetados na imaginação coletiva da nação.

Já início do século XX percebe-se que no lugar da contemplação, a natureza aparece como algo a ser desvendado e conquistado. A mudança é motivada pelas possíveis descobertas científicas e de expansão do território nacional² devido as disputas pela posse das regiões polares com outras nações. A guinada que populariza a noção norueguesa de natureza recebe o reforço da ação de navegadores que exploravam tanto as paisagens desconhecidas do Ártico quanto a outras regiões, reconstruindo as sagas vikings. Outro fato que destaca a centralidade que a natureza ganha na construção social da pessoa na Noruega é a valorização das atividade de esporte e lazer ao ar livre e o hábito das casas de campo³, onde se busca reproduzir o estilo de vida rústico e destituído dos confortos da modernidade obrigando a um convívio próximo com o meio ambiente, enquanto parte integrante da construção social do indivíduo. Segundo Hylland (1996) o fato de mais da metade da população ter acesso a casas de campo rústicas, as excursões periódicas das escolas aos parques nacionais e as estações de ski e as paisagens naturais utilizadas pela indústria do turismo demonstram como a adoração da natureza é um ingrediente vital na identidade nacional norueguesa.

Estes aspectos contribuem para que a partir dos anos 1970 o debate ecológico adquira papel central nas arenas públicas norueguesas, fruto de dois processos concomitantes, eles colocam em pauta novas formas de intervenção deste Estado no cenário internacional. O primeiro deles diz respeito a um processo interno de reconhecimento do grupo indígena Sami. O segundo, diz respeito ao debate internacional e hegemônico sobre a

² A Noruega disputou no final do século XIX o arquipélago de Spitzberg, localizado no Ártico, com outras nações desenvolvidas. Em 1920 sua soberania foi reconhecida na região pelo Tratado de Paris. A área é conhecida internacionalmente por possuir importantes recursos minerais, como petróleo e gás, além de bancos de areia, bancos de pesca e de mamíferos marinhos.

³ Segundo Hyllan Eriken (1996) mais da metade da população na Noruega tem acesso as casas de campo rústicas.

questão ambiental. Os próximos itens do artigo, buscam a partir destas referências entender como a Noruega envolveu-se diretamente na criação de projetos internacionais de conservação ambiental, tal como o Fundo Amazônia.

1.1.1 Os Sami e a apropriação contraditório da natureza em debate na Noruega.

Minoria étnica distribuída entre o norte da Noruega⁴, Finlândia, Suécia e Rússia o reconhecimento deste grupo coletivamente e a afirmação de sua identidade foi um processo que se iniciou ainda no início do século XX, quando em 1906 o primeiro representante Sami foi eleito para o Parlamento Norueguês. As mobilizações neste período contra as políticas assimilacionistas implementadas pelo sistema escolar que previam a substituição linguística e cultural, a introdução de práticas higienistas como novos hábitos cotidianos, novos critérios de realização das atividades de pesca e criação de renas (base econômica Sami) além do controle da compra de terras públicas levaram as primeiras organizações voltadas a essas questões.

Mapa 1: Localização dos Sami



Fonte: Sami Right Committe

Figura 1: Protesto Sami em 2014



Fonte: Sami Right Committe

Em 1948, após a 2ª Guerra Mundial, são criadas duas organizações em nível nacional em defesa dos Sami: The Sami Reindeer Breeders Association in Norway e a Sociedade Sami De Oslo. Com o lançamento da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas em 1957 cresce o debate no país sobre o reconhecimento dos Sami enquanto grupo étnico diferenciado. As denúncias que envolviam as dimensões estruturais da situação das minorias indígenas em diferentes partes do mundo, a vivência individual de preconceito, a discriminação por parte de membros de minorias étnicas e o trabalho acadêmico de muitos antropólogos e cientistas sociais em defesa dos direitos do grupo, levaram a aproximação dos Sami a causa indígena internacional.

A realização da Conferência dos Povos do Ártico em 1973 é um dos passos que marcam esta aproximação, nela foram debatidas as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas dessa região. No ano seguinte, na VII Conferência dos Sami realizada na Noruega foram ratificados os direitos sobre a água e a terra e, pela primeira vez, aparece a demanda

⁴ Os Sami (conhecidos também como lapões) tem na Noruega população de aproximadamente 50.000 pessoas.

de reconhecimento dos Sami como “grupo étnico”. Seu reconhecimento foi objeto de inúmeros questionamentos, não só no plano interno, como também, no plano externo. Dentro do próprio movimento indígena internacional, o questionamento se dava por este grupo não ter vivenciado o colonialismo associado à expansão europeia iniciada no século XVI, por comparativamente desfrutar de condições de vida bem superiores às médias dos povos indígenas da América e pelo próprio fenótipo do grupo, muitas vezes percebidos nas conferências indígenas como o branco europeu aparentemente sem nenhuma razão para estar no movimento.

Internamente, para Barroso (*ibid*), o reconhecimento dos Sami como minoria étnica foi marcado por disputas dentro do próprio grupo e pelo reconhecimento de uma unidade política transnacional que o envolvia. O anúncio da construção da hidrelétrica de Alta no início dos anos 1980, foi um momento importante na história desta articulação.

Com a crise que se desencadeou ligada à construção da hidrelétrica de Alta dentro da área tradicional de ocupação dos Sami no Norte da Noruega, consolidou-se a percepção de que as articulações internacionais do movimento indígena poderiam constituir um importante instrumento de pressão sobre as autoridades norueguesas, o que, de fato ocorreu. A oposição à construção da hidrelétrica, que marcou a aliança entre os Sami e o movimento ambientalista na Noruega, com apoio maciço da população norueguesa, embora não tenha impedido a construção da obra, obrigou o governo, contudo, a rever as relações entre o Estado e o povo Sami. (Barroso, 2008. p. 98)

Em 1980 o governo cria um comitê, o Sami Right Committe, destinado a investigar os direitos territoriais e suas demandas políticas. O comitê foi responsável por elaborar um relatório para ser apresentado no Parlamento norueguês, influenciado pela legislação internacional que trata sobre direito das minorias étnicas e proteção cultural⁵. Mesmo com tímidos avanços⁶ em termos de legislação tanto as mobilizações quanto o relatório produzido pelo comitê tiveram um papel importante no debate que envolvia os Sami. Primeiramente por que se reconhecia a situação dessa minoria indígena dentro do país e às denúncias das formas de colonialismo interno enfrentada por elas. Os Sami tinham condições de vida mais aquém da sociedade norueguesa e passaram ao longo dos anos por intensas ações de assimilação cultural que envolviam tanto uma reconfiguração com a forma com o qual lidavam com a natureza, a imposição de uma nova língua e de transformação dos seus hábitos culturais.

Em segundo lugar, houve em nível individual, uma importante tomada de consciência étnica por parte das lideranças Sami. A vivência individual do preconceito e discriminação por parte dos membros, transformadas no vetor principal às causas em favor dos direitos do grupo

⁵ Em especial o artigo 27 da Convenção sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas de 1966.

⁶ O Comitê elaborou uma emenda constitucional que foi aceita e integrada a Constituição norueguesa sob forma de artigo n. 110 de 1988. Nele definiu-se que “às autoridades norueguesas devem tomar medidas que permitam à população Sami salvaguardar sua língua, cultura e vida comunitária.” A emenda utilizou de forma cuidadosa termos como “típica” e “identidade”.

além das intensas relações que se estabeleceram entre essas lideranças e atores noruegueses, particularmente os antropólogos, envolvidos com a defesa dos direitos indígenas foram fundamentais para consolidação do movimento. Sua afirmação, enquanto populações tradicionais na Noruega trouxeram uma profunda crítica a forma como o país se apropriava dos recursos naturais. A organização dos Sami leva o debate sobre a concepção da relação igualitária entre homem e natureza, onde as necessidades do primeiro não representam uma ameaça ao segundo. Esta visão é responsável pelos primeiros movimentos ambientalistas noruegueses, desde o início das articulações de mobilização Sami ainda na década de 1960, que voltaram-se a recuperação de áreas degradadas pela atividade industrial e a oposição da construção de grandes obras. Predomina uma visão de natureza que deve ser conservada e intocada, sobretudo aquelas que representam as paisagens reflexo das identidades nacionais e nesta visão, o índio é visto como o “defensor” do meio ambiente, aquele que não utiliza os recursos naturais de forma predatória.

O modo de vida do grupo, incluindo suas respectivas formas de apropriação material e simbólica da natureza, representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, na concepção hegemônica sobre meio ambiente, seria insustentável. Os argumentos que sustentam esta tese são responsáveis por uma leitura própria sobre meio ambiente, que ganha espaço nas arenas públicas norueguesas na segunda metade do século XX e motivam uma série de ações. O item a seguir trata de como o debate internacional sobre o meio ambiente influencia na constituição do movimento ambientalista norueguês.

1.1.2. Crise ecológica e o debate ambiental na construção do movimento ambientalista na Noruega

O segundo aspecto que ajuda entender o papel central que o debate ambiental ganha na Noruega dá-se no plano externo, ligado ao papel que a própria questão ecológica assumiu nas arenas de debate internacionais após a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1972. Ainda na década de 1960 o tema ganha espaço relacionado a outros dilemas discutidos no Clube de Roma⁷, como a pobreza extrema, a perda de confiança das instituições e as consequências da inflação que ameaçavam a expansão capitalista. O encontro reuniu cientistas, economistas, educadores, industriais e representantes do governo e resultou na publicação do Relatório Meadows (1970), que tinha como base o controle populacional e a manutenção da produção industrial sem crescimento. De acordo com Palhano (2001), o relatório atribuiu ao avanço tecnológico o papel “messiânico” de preservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida das populações.

Começam a surgir um conjunto de propostas que alertavam sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista. Esses questionamentos têm como base alguns eventos que foram considerados verdadeiras catástrofes ambientais:

(...) a intensa poluição do ar durante três dias consecutivos de smog que, em 1963, matou em Nova Iorque, 400 pessoas, e em 1966 causou mais 170 vítimas; o desastre ambiental do rio Cuyahoga que pegou fogo

⁷ Grupo que reúne industriais, acadêmicos, representantes do poder políticos e jornalistas e debate grandes problemáticas globais.

em 1966, em decorrência das imensas manchas de óleo despejado por indústrias sediadas em suas margens; o acidente com o petroleiro Torrey Canyon na costa Britânica que assustou toda Europa (1967), e a contaminação da baía japonesa de Minamata (1968) que introduziu no dicionário médico a doença de Minimata, enfermidade advinda da ingestão de peixes contaminados. (Palhano, 2001. p. 61)

Realizada em 1972 na Suécia, a Conferência de Estocolmo, foi organizada pelas Nações Unidas e propunha apontar medidas de aproveitamento racional dos recursos naturais em prol das gerações atuais e futuras. O desenvolvimento econômico deveria evitar prejuízos aos ecossistemas e o lançamento de substâncias perigosas. A conferência sugeriu também uma série de medidas coordenadas internacionalmente com objetivo de produzir conhecimento sobre as alterações causadas no meio ambiente pela interferência humana.

A Conferência iniciou uma série de debates e recomendações, como a “Declaração sobre o Ambiente Humano” e a indicação de que os países desenvolvidos deveriam investir em programas de Educação Ambiental. Para Palhano (2001), “esses princípios foram responsáveis pelo estabelecimento de leis, programas e tratados, bem como a criação, em todo mundo, de ministérios, secretarias e outros órgãos com preocupações ambientais”. No contexto internacional novas iniciativas deram prosseguimento às discussões, como a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência da Tbilisi) em 1977 e o Seminário de Educação Ambiental para América Latina em 1979, na Costa Rica. Destaca-se que esses eventos foram importantes por construir uma dimensão mais abrangente sobre o meio ambiente, incorporando aspectos sociais, culturais e econômicos. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em 1992 foi segundo Viola (1992), responsável por um significativo avanço no plano simbólico e de conscientização, “com a sustentabilidade ambiental tendo adquirido um peso extraordinário como princípio de legitimidade do mundo contemporâneo”.

Para Lopes (2004), a consolidação do discurso de preocupação ambiental em diferentes esferas públicas e privadas, ou seja, a interiorização das diferentes facetas da questão do meio ambiente por diversos agentes sociais. Processo denominado de “ambientalização”, resultou na construção de uma temática em torno do meio ambiente, que passa a ser percebida na incorporação e naturalização de uma nova problemática, que transformou na forma e na linguagem a sua própria institucionalização e os conflitos sociais que a envolvem. Nessa nova perspectiva de tratar natureza, há um peso considerável tanto da ideia de colapso ambiental, consolidado através da perspectiva neo-malthusiana, onde há uma oposição entre crescimento econômico e limites físicos da disponibilidade dos recursos naturais, quanto da problemática que envolve o meio ambiente como um elemento que transcende as diferentes classes, sexo e etnia sem considerar os diferentes acessos aos recursos naturais.

Desta forma, configurava-se um discurso hegemônico e socialmente aceito em torno do meio ambiente, aquele que identifica ao mesmo tempo que os recursos ambientais como estoque finito de matéria e energia, justificando a urgência de uma administração sensata e de responsabilização de todos. Há ainda outro elemento sobre a perspectiva hegemônica da questão ambiental, que é a relação entre países do Norte e Sul. Como aponta Furtado (2012),

o debate aparece frequentemente quando se busca a responsabilização da crise ambiental e é possível perceber muitas vezes posicionamentos neo-malthusianos nos países centrais, que centram a responsabilidade da degradação ambiental ao crescimento populacional periférico.

O movimento ambientalista norueguês é constituído então, a partir desses dois componentes. O primeiro relacionado aos marcos da defesa dos direitos indígenas associados a perspectiva ambientalista de proteção a natureza. A emergência dos Sami, enquanto grupo que contesta a atuação predatória do Estado norueguês no seu próprio território, levou a uma corrente sobretudo daqueles antropólogos que acompanhavam suas articulações, ao questionamento de valores ligados ao meio ambiente. O segundo está relacionado a esfera externa, onde a defesa do meio ambiente, sob uma perspectiva de recurso natural, forma um pacto internacional entre países ricos e pobres, voltado a preservação da natureza.

No campo da cooperação internacional, os dois aspectos marcaram o direcionamento das ações norueguesas colocando em diálogo agendas internas relacionados aos povos indígenas e no plano externo, a promoção de temáticas do desenvolvimento e dos direitos humanos combinadas a crise ambiental. O canal de atuação internacional na Norueguês através da grande presença das ONGs, tanto em projetos com populações indígenas, como de conservação florestal são parte fundamental de seu programa de cooperação, que envolvem segundo Barroso (2008), montante financeiros bastante reduzidos se comparados a atores como as agências multilaterais, mas “com significado político considerável pelo perfil dos parceiros escolhidos”. A cooperação estabelecida com o Brasil, onde, além dos já existentes projetos relacionados a questão indígena, nasce o Fundo Amazônia (FA), este inicia-se em um contexto bastante propício sobre o debate de pagamento de serviços ambientais. O item a seguir serão traçados alguns paralelos entre a política de cooperação norueguesa e o acordo que originou a iniciativa.

2. FUNDO AMAZÔNIA (O BRASIL CUIDA, O MUNDO APOIA, TODOS GANHAM): O QUE MARCA A ATUAÇÃO NORUEGUESA NA COOPERAÇÃO AMBIENTAL?

Um pilares que sustenta o debate hegemônico sobre o tema ambiental foi a crescente consciência de o meio ambiente constitui um bem comum à humanidade. Essa vocação universalista (Fucks, 2001), associada às concepções dominantes em teorias de economia neoliberal, passou progressivamente a pensar o meio ambiente como um produtor de serviços pelos quais os “consumidores” deveriam pagar. Assim, por exemplo, aqueles que conservassem suas florestas deveriam ter direito a receber, em troca, da economia global, uma remuneração pelos serviços ambientais (florestais) prestados (Marcovitch, 2013).

Para Furtado (2016), esse discurso que tem ao fundo as mudanças climáticas como mote, induz medidas que seriam necessárias para a redução de gases de efeito estufa e o fortalecimento dos chamados sumidouros de carbono, como foram caracterizadas as florestas, solos e oceanos que absorvem mais carbono do que emitem. De acordo com Marcovitch (ibid), neste contexto, a Amazônia é vista como fundamental para a biodiversidade e para os estoques dos recursos naturais do planeta e os países ricos deveriam remunerar os

países que possuem esse bioma, pela potencialidade que oferece como campo de investigação científica e pelo seu papel fundamental na regulação do ciclo das águas e do clima.

A emergência da Amazônia como uma preocupação global também se dá devido à compreensão do bioma como fronteira do capital natural, no qual, para Becker (2005), impera *“a percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação a ser preservada, tendo em vista a sobrevivência do planeta, devido aos efeitos do desmatamento sobre o clima e a biodiversidade”*. Sobre esta perspectiva, que não considera o caráter difuso e conflitivo da questão ambiental, os países ricos teriam uma espécie de *“obrigação”* em remunerar a produção ambiental desse bioma, decisivo para preservar os recursos naturais do planeta e pela regulação do ciclo das águas e do clima.

A criação do Fundo Amazônia (FA) e a forma com o qual foi estruturado é fruto tanto da ideia de precificação da natureza, quanto da própria tradição norueguesa de cooperação internacional voltada a promoção de desenvolvimento humano e sustentável. Como principal doador, o governo norueguês legitima e difunde uma compreensão de que o meio ambiente é um recurso econômico que pode ser precificado. A tabela a seguir mostra a importância das doações norueguesas para a constituição do FA.

Valores das Doações - Fundo Amazônia (2009-2016)		
Origem	Valor (R\$)	Participação Total (%)
Noruega	2.775.082.559,17	97,4
Alemanha	60.697.500,00	2,1
Petrobrás	14.221.982,31	0,5
Total	2.850.002.041,48	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados no sítio eletrônico do Fundo Amazônia.

Os próximos itens deste artigo buscam discutir dois elementos que relacionam o FA tanto a ideia de precificação da natureza, quanto dos elementos que caracterizam a atuação norueguesa no campo de cooperação internacional. O debate sobre a atuação do BNDES na Amazônia é fruto do programa e pesquisa *“Estado, Modelo de Desenvolvimento e Território no Brasil Contemporâneo: Resistências e Conflitos”* que investiga a atuação do Banco como planejador e executor de políticas públicas no país nos últimos 15 anos. A reflexão, ainda inicial, é importante para compreender os limites reais de iniciativas voltadas a questão ambiental desenvolvidas pelo Banco e quais interesses geopolíticos podem estar em jogo em doações como as do Fundo.

2.1. Fundo Amazônia: A construção de um problema e a proposta de sua solução

As negociações para criação do Fundo Amazônia começaram na Conferência das Nações Unidas para Mudança Climática de 2007, em Bali, Indonésia, onde o Brasil buscou expor seus esforços para redução do desmatamento. Para Barroso (*ibid*) a escolha por estes ambientes e também as versões e interpretações dos acontecimentos, são decisivas para obtenção de recursos em um campo concorrencial como o de cooperação internacional.

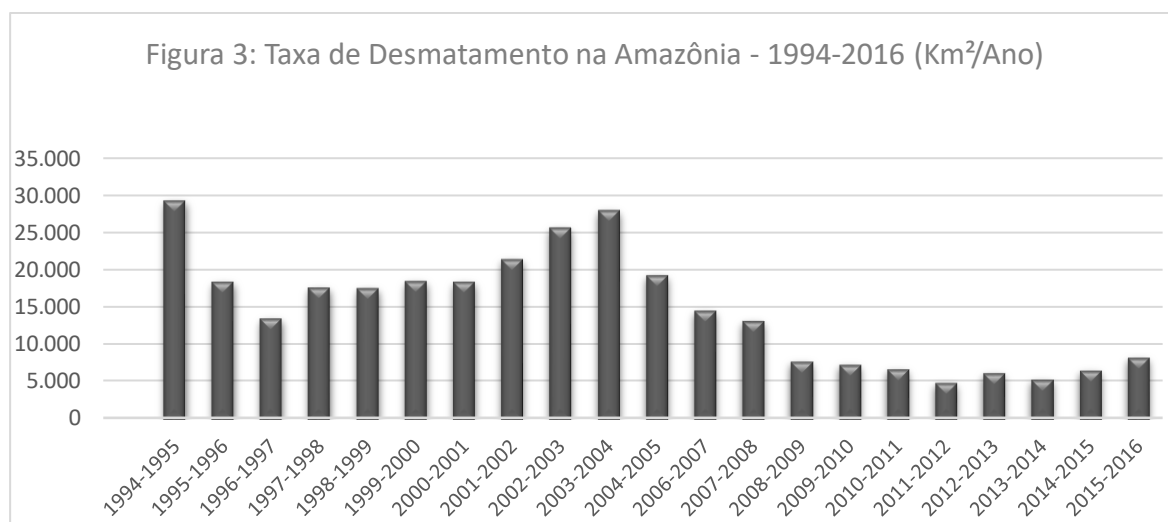
Saber com quem se fala, como se fala, o que se fala e quando se fala, é algo decisivo e que faz parte do cálculo das situações, explicando porque são tão claramente definidos os espaços oficiais de fala- fóruns profissionais de debate, congressos científicos, comunicados à imprensa, etc- e porque existem hoje tantas instâncias envolvidas como a tarefa de ensinar a fala neste mundo- desde cursos universitários de graduação e pós-graduação, até workshops e oficinas de capacitação, sem falar do caráter pedagógico dos espaços anteriormente mencionados- preparando os atores situados nos diferentes níveis das redes que compõem o mundo da cooperação internacional a se comunicar dentro dele e a compreender suas diferentes gramáticas acadêmicas, burocráticas e políticas. (Barroso, 2008. p. 25)

Assim, é preciso entender que o que circula dentro do mundo da cooperação internacional permite e requer que certas “coisas” sejam ditas e outras não. O contexto, as posições acadêmicas e as posições de atuação em instâncias governamentais vão depender dos objetivos traçados, eliminando muitas vezes os aspectos contraditórios e posições de militância. A construção de um problema frente a importância da Amazônia, por exemplo, priorizou a questão do desmatamento e tanto a produção científica quanto a atuação das políticas públicas se deu nesse contextos. A fala a seguir, de um dos técnicos do departamento do Fundo Amazônia mostra esses esforços.

“Foram vários movimentos acontecendo nacionalmente e internacionalmente. Em 2004 nós tivemos umas das taxas record, a segunda maior na série histórica, desde que o INPE iniciou o monitoramento nos anos 80, foi a segunda maior taxa de desmatamento. E o Brasil naquela época já estava participando dos diálogos e das conferências, montou o IFCC e houve de fato uma priorização governamental do Estado de que houvesse uma grande mobilização entorno da proteção da Amazônia. E foi instituído uma comissão interministerial, um grupo de trabalho interministerial formados por vários ministérios, com participação dos estados da Amazônia, com conselhos consultivos da sociedade civil para diagnosticar a partir das fontes, das imagens e dos dados científicos de área de desmatamento e também com a percepção de campo dos agentes que já atuavam na Amazônia, quais eram os principais vetores do desmatamento e a partir dai quais deveriam ser as ações para perseguir a redução destas taxas”. (Chefe do

*Departamento do Fundo Amazônia. Entrevista realizada em agosto de 2018 na sede do BNDES, RJ*⁸.

A grande mobilização entorno da importância da floresta amazônica ocorreu em uma conjuntura política também muito específica, marcada não só pelo primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), mas principalmente, pela presença de Marina Silva como Ministra de Meio Ambiente (2003-2008), ambientalista reconhecida sobretudo, pela sua atuação na Amazônia. A partir deste ponto, foram elaborados dois planos governamentais: o Plano Amazônia Sustentável (PAS)⁹ e o Plano de Prevenção e Controle na Amazônia Legal (PPCDAM)¹⁰. Os esforços realizados para conter a atuação de madeireiras, a regularização fundiária e a delimitação das áreas indígenas são apontadas pelos técnicos do BNDES como as principais ações que levaram a uma redução do desmatamento a partir de 2004, como pode ser observado no gráfico.



Fonte: Instituto Socioambiental

Em 2007, a equipe do Ministério do Meio Ambiente que acompanhava a Conferência realizada em Bali, apresentou os esforços governamentais para redução do desmatamento, utilizando como argumentos tanto a importância da Amazônia para a biodiversidade e equilíbrio climático planetário, como a responsabilização da preservação do bioma não apenas aos países amazônicos, mas também para os “consumidores” dos serviços prestados por essa floresta. Para um dos técnicos do BNDES:

“Ele (o FA) resultou da percepção de um grupo de pessoas que estavam no governo, mas que, o pessoal do Ministério do Meio Ambiente trafega muito entre governo e ONG, e academia. E eles tiveram essa ideia brilhante

⁸ Entrevista realizada com técnicos da Área de Meio Ambiente e Gestão Pública do BNDES em 07 de agosto de 2008 no âmbito do programa de pesquisa: Estado, Modelo de Desenvolvimento e Território no Brasil Contemporâneo: Resistências e Conflitos.

⁹ Lançado em 2008 trata-se de um pacto formado entre os governos estaduais e federais. Seu principal objetivo é constituir-se como locus institucional capaz de dar respostas de longo prazo para os desafios da região.

¹⁰ Lançado em 2004 como resposta governamental às crescentes taxas de desmatamento na Amazônia tem como objetivo promover a redução das taxas de desmatamento

de como monetizar os resultados alcançados pelo Brasil”. (Técnico do Departamento do Fundo Amazônia. Entrevista realizada em agosto de 2018 na sede do BNDES, RJ).

O Fundo direciona financiamento não reembolsável a projetos de entes públicos e privados (como as ONGs) em quatro eixos centrais: (1) monitoramento e controle, (2) fomento as atividades produtivas sustentáveis, (3) ordenamento fundiário e territorial e, (4) finalmente, desenvolvimento científico e tecnológico. É reconhecido internacionalmente como maior fonte de recursos para ações de redução de emissões oriundas do desmatamento e da degradação e a sua constituição foi fundamental para a própria consolidação da questão ambiental no BNDES. Seu objetivo é captar doações para investimentos em ações não reembolsáveis (onde o executor do projeto não precisa devolver os recursos disponibilizados) de preservação, monitoramento e combate ao desmatamento no bioma amazônico. Além de contribuir para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas¹¹, foi também a partir da sua constituição que o Banco passou a debater medidas e contribuições específicas para a região, entretanto, sua própria construção eliminava uma série de contradições das políticas para a região daquele momento por não colocar em cheque as formas de expansão da fronteira econômica brasileira pautada em setores extrativistas como minério-metalúrgico, construção civil e barragens tão marcantes nas políticas governamentais dos anos 2000¹².

Megaprojetos com tal perfil implicam em sacrifícios impostos à população da Região Amazônica, tanto na perspectiva local quanto no plano histórico geral, que não são dimensionados, avaliados e discutidos publicamente. Longe de promover a decantada desconcentração regional dos investimentos e do desenvolvimento econômico-social, os investimentos públicos para a região voltaram-se a viabilizar projetos desta natureza. A estruturação do FA deixa de lado uma série de políticas contraditórias fundadas nestas grandes obras, muitas delas também financiadas pelo próprio BNDES.

Há controvérsias se e em que medida a diminuição dos índices de desmatamento poderia ser atribuída as ações do FA. Após exame das ações financiadas, Guimarães (2013) afirma não ser possível estabelecer uma relação causal destas com a queda do desmatamento. Em apoio a sua tese, o autor argumenta, por exemplo, que até 2015, 48% dos recursos foram aplicados em ações do eixo “Monitoramento e Controle”, com foco, sobretudo, na estruturação de instituições de monitoramento e controle ambiental. Por outro lado, os recursos destinados não foram capazes de lidar com as concessões políticas a forças que sustentam a ocupação predatória da Amazônia, visto a tendência ao aumento da taxa de desmatamento desde 2016.

¹¹ Lançado em 2008 o plano busca incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação da emissão de gases de efeito estufa. Dentre suas metas está a redução do índice de desmatamento da Amazônia em 80% até 2020.

¹² O tema já foi tratado em outras publicações que debatem o papel do BNDES no planejamento e execução do projeto de desenvolvimento brasileiro nos anos 2000. Mais sobre o assunto pode ser consultado no livro “BNDES, Grupos Econômicos, Setor Público e Sociedade Civil.” Disponível em: <http://www.ettern.ippur.ufrr.br/publicacoes/254/livro-bndes-grupos-economicos-setor-publico-e-sociedade-civil>

2.2. Fundo Amazônia e os marcos da cooperação internacional Norueguesa

Seguindo a lógica da discussão ambiental pautada na mudança climática, o Fundo Amazônia não seria marcado pela ajuda humanitária mas, sim pela precificação fixada em exercícios matemáticos, onde ganha mais corpo a ideia de contabilizar, serviços prestados pela natureza, e apresentar a conta (Marcovitch, 2013). Entretanto, o envolvimento do governo norueguês marca o caráter de altruísmo lembrado ao se tratar do nascimento da iniciativa.

A ideia de captar recursos e criar um mecanismo para conservação da floresta foi baseada na problemática que envolve a crise climática e a demonstração de que o controle de gases de efeito estufa estava intimamente relacionado as queimadas em florestas tropicais. Um dos pilares da questão ambiental hegemônica, o aquecimento global, torna-se objeto de preocupação internacional e campo de combate tanto nas esferas públicas como nas privadas. Na Noruega, a combinação entre a tradição do país no campo de cooperação internacional indígena somada ao seu movimento ambientalista levaram a diversas ações externas onde há um peso significativo destes dois campos.

A Rainforest Foundation Norway é uma destas organizações da sociedade civil voltadas a temática e com importante capacidade de articulação. Foi a partir de suas mobilizações, que o a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) criou a Iniciativa Norueguesa Internacional do Clima e Floresta (Norway's International Climate and Forest Initiative- NICFI). O perfil comum a atuação desses atores é de um discurso marcado pela responsabilização universal da problemática ambiental e, do papel da Noruega em promover ações que ajudem a conter o aquecimento global.

A Noruega está envolvida em uma colaboração abrangente com o Brasil nos campos do clima e do meio ambiente. A principal área para esta cooperação para o desenvolvimento está ligada ao objetivo de apoiar a gestão de recursos naturais, clima e meio ambiente, central para a parceria para a preservação da floresta tropical através do apoio ao Fundo Amazônia. (Norad, 2018).

O envolvimento do governo norueguês é lembrado pelos técnicos do BNDES como fruto das pressões da sociedade civil organizada na própria Noruega:

(...) a sociedade civil norueguesa teve um papel importante, bacana, na cobrança de uma mobilização, de um compromisso para se criar o fundo. (Técnico do Departamento do Fundo Amazônia. Entrevista realizada em agosto de 2018 na sede do BNDES, RJ).

As ONGs norueguesas, tradicionalmente desenvolvendo ações relacionadas a promoção dos direitos humanos e indígenas, elaboraram um documento que pressionava o governo por maior envolvimento em iniciativas de combate ao aquecimento global. Um dos funcionários entrevistado explicou que todo o controle dos recursos é feito pela instituição seguindo os dois órgãos criados para acompanhar suas ações, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA, responsável por determinar diretrizes e acompanhar os resultados, e o

Comitê Técnico do Fundo Amazônia, formado por especialistas nomeados pelo Ministério de Meio Ambiente, e que não é feita nenhuma interferência do governo norueguês. A NORAD também tem a preocupação de deixar claro que o controle dos recursos é de responsabilidade brasileira e que suas contribuições se dão apenas no acompanhamento.

Entretanto, essa relação direta com os receptores de doações, assim como a gerência realizada pelos próprios é outra característica marcante da atuação norueguesa frente a cooperação internacional. Como explica Barroso (*ibid*) essas são formas encontradas de difundir ações que vão de acordo a lógicas de intervenção do Estado norueguês. O fato, por exemplo, do FA responder a lógica limitada sobre as mudanças climáticas, retifica a visão sobre a problemática ambiental, onde não se considera o caráter difuso, ou seja, que existem múltiplas percepções sobre a natureza. A forma que esses atores utilizam projetos de cooperação internacional é marcada, para a autora, pelo traço comum de buscarem intervir fora da Noruega em nome certas crenças, expectativas e interesses.

Por fim, cabe destacar que o caráter de solidariedade assim como de preocupação na promoção dos direitos humanos e ambientais que marcam a iniciativa em um plano geral contradizem a atuação de diversas empresas norueguesas do campo extrativista na Amazônia e em outras partes do Brasil. O país possui conglomerados empresariais no setor minério-metalúrgico (Norsk Hydro)¹³, petroquímico (Equinor- ex Statoil)¹⁴ e papel e celulose (Norske Skorg) denunciados recorrentemente pelos danos ao meio ambiente de sua atuação, assim como o desrespeito da legislação trabalhista e ambiental. O próximo passo desta pesquisa, buscará se deter sobre a atuação destas empresas a fim de entender quais relações há entre elas e os projetos de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão inicial realizada através deste artigo demonstrou alguns aspectos importantes sobre o Fundo Amazônia e sobre a parceria norueguesa para sua constituição. A bibliografia consultada assim como, a análise dos relatórios anuais do Fundo e as entrevistas realizadas com integrantes do corpo técnico deste departamento demonstram que diversos esforços foram feitos para garantir a sua consolidação como instrumento de políticas para região. Entretanto, algumas críticas à forma com a qual o Fundo foi estruturado são relevantes e demonstram a complexidade de sua administração. O primeiro deles é entender que o Fundo foi estruturado a partir de uma leitura sobre a crise ambiental, a relacionada ao aquecimento global e a importância das florestas tropicais na regulação climática. Entretanto a problemática ambiental não pode ser reduzida a este problema, sua complexidade passa por entendimentos diferenciados de relações entre a sociedade e natureza e sobre o que se entende por desenvolvimento. Ao responder apenas a esta lógica, o Fundo não é um instrumento capaz de transformar a forma com qual se dá a expansão da fronteira econômica

¹³ Ver reportagem: *Lucro da Norsk Hydro supera previsões, mas perspectiva para Alunorte ainda é incerta* do Jornal Extra de outubro de 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/lucro-da-norsk-hydro-supera-previsoes-mas-perspectiva-para-alunorte-ainda-incerta-23180589.html>

¹⁴ Ver reportagem: *Petrobrás e Equinor vão buscar o Pré-Sal Eólico* do Jornal Money Time. Disponível em: <https://moneytimes.com.br/fast/petrobras-e-equinor-vaio-buscar-o-pre-sal-eolico/>

brasileira em direção a Amazônia, fundada em atividades extrativistas de grande impacto ambiental.

Os desafios encontram-se até mesmo dentro do próprio BNDES, instituição que também nunca havia lidado com esse tipo de iniciativa. Como nunca existiu no Banco a operação de um Fundo com características tão específicas como o Fundo Amazônia, a instituição optou por adotar o mesmo rito burocrático que qualquer outro projeto está submetido, o que de um lado por assegurar a aplicabilidade dos recursos, por outro, limita a participação de muitos atores da região, dificulta o acesso daquelas instituições menos estruturadas, como associações de moradores, cooperativas e governos locais que poderiam também trazer também grandes contribuições.

Por fim, entender a participação norueguesa em sua criação, assim como a tradição que o país possui em projetos desta natureza, revela que a iniciativa responde também a uma lógica específica de individualização e reafirmação da Noruega em países periféricos. As conjunturas internas relacionadas a uma sociedade civil organizada em torno dos direitos indígenas e ambientais, o papel da cooperação internacional como difusor de seu modelo de desenvolvimento e uma ampla gama de ONGs atuando em diversas frentes não devem ser desassociados da expansão de capital norueguês, onde há um peso significativo de atividades extrativistas. Por isso, é importante compreender profundamente as expectativas externas relacionadas a iniciativa, próxima fase desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. IN ACSELRAD, H. Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relime Damará, 2004. P. 7- 18.

ACSELRAD, H. Política Ambiental e Discurso Democrático: o caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente. IN, SILVA, J (et al). *Atores Sociais, Participação e Ambiente.* Porto Alegre: Decasa Editora, 2008. P. 13-36

ACSELRAD, H. A Apropriação Social das Mudanças Climáticas. Revista Democracia Viva. Número 43. Rio de Janeiro, setembro de 2009. P. 69 a 73.

ACSELRAD, H. BEZERRA, G. Inserção Econômica Internacional e Resolução Negociada de Conflitos Ambientais na América Latina. Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/HenriAcselrad-Resolu%C3%A7%C3%A3onegociadadeconflitos.pdf>. Último acesso em: 07 de agosto de 2017.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. Revista Estudos Avançados, nº 19. Universidade de São Paulo, 2005. p. 71- 86

BORGES, C. A proteção dos direitos humanos e do meio ambiente no financiamento do desenvolvimento: tendências globais, visões emergentes e desafios para o fortalecimento da Política Socioambiental do BNDES. In *Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro.* Brasília. Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2015. P. 23-54.

CASTRO, M. F. A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais. Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, Março de 2005.

CARDOSO, A; PIETRICOVSKY, I; BEGHIN, N. Política socioambiental do BNDES: da saída pela tangente à busca de soluções compartilhadas. In *Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro*. Brasília. Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2015. P. 135- 150.

FUCKS, M. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro- ação e debate nas arenas públicas. ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. P. 29-68.

FURTADO, F. Ambientalismo de espetáculo: economia verde e mercado de carbono no Rio de Janeiro. PACS: Rio de Janeiro, 2012.

FURTADO, F. O Clima do Negócio e o Negócio do Clima: O BNDES e a Economia Verde. Instituto Pacs. Rio de Janeiro, 2016.

Fundo Amazônia. Relatório Anual de Atividades, 2015. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio Anual/RAFA 2015 PORTUGUES.pdf. Último acesso em: 11 de março de 2017.

GUIMARÃES, L. Fundo Amazônia- Uma Visão sobre a Governança. In: MARCOVITCH, J. *Fundo Amazônia: uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. P. 15-32

GOLDMAN, M. Imperial Nature: the World Bank and Struggles for Social Justice in the Age of Globalization. Yale Agrarian Studies Series. Yale University Press. New Haven, 2005.

HAJER, M. A Ecological modernization as cultural politics. In LASH, S. SZERSZYNSKI, B. WYNNE, B. (editores). *Risk, Environment e Modernity: Towards a New Ecology*, Londres. Thousand OAK, Nova Delhi: Sage Publications, 1996.

BARROSO HOFFMANN, M. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um novo estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2008.

MARCOVITCH, J. Fundo Amazônia: Cinco Anos de Acertos e Equívocos – Balanço de uma Experiência de Apoio Externo e Gestão Brasileira. In: *Fundo Amazônia: Cinco Anos Fundo Amazônia: Uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira*. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. P. 04- 15.

MARQUES, I. L. A Relação do BNDES com o Meio Ambiente: Um balanço das iniciativas, programas, fundos, e financiamentos diretos do banco no período de 2008 a 2012. Monografia de conclusão de Curso. Faculdade de Economia. Universidade Federal Fluminense, 2015.

ORTIZ, L. Banco Mundial: um exemplo para o BNDES? In: *Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições Financeiras*. LOPES, João Roberto. Rede Brasil Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, 2012. P. 55 a 75.

PALHANO, N. Setor Elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental”, 2001. Tese de Doutorado (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

PINSKY, V. Desafios de uma Amazônia Sustentável: Causas da não Utilização do Potencial de Investimentos do Fundo Amazônia. In: MARCOVITHC, J. *Fundo Amazônia: uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. P. 261-275

RIBEIRO, F. O Pradigma Ambiental Na Globalização Neoliberal: Da Condição Crítica ao Protagonismo de Mercado. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia ano 24 n. 2, 211-226, mai/ago. 2012

RUA, João. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidade. IN RUA, João (org). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades. Rio de Janeiro: EdPUC. 2007. p. 143 a 194.

SIFFERT, N. MARCUS, C. MAGALHÃES, H. LASTRES, H. Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia. BNDES: Rio de Janeiro, 2014.

VAINER, C. População, Meio Ambiente e Conflito Social na Construção de Hidrelétricas. In: MARTINE, G. População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.

VAINER, C. BNDES: o Banco, o Território e o Meio Ambiente. Anais do Encontro Nacional da Associação de Planejamento Urbano E Regional, 2013. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4678/4569>

VIOLA, E. LEIS, H. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio- 92: O desafio de uma estratégia globalista viável. Câmara dos Deputados, mimeo, 1992.